

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.365.082 - RJ (2018/0240843-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **ANDRE LUIS NUNES BARBOSA**  
**AGRAVANTE** : **FLAVIO GUIMARAES DA SILVA PORTO**  
**AGRAVANTE** : **MARCO AURELIO MONTEIRO DUTRA**  
**AGRAVANTE** : **MARIA VIRGINIA TEIXEIRA**  
**ADVOGADO** : **GISELLE MUGUET PEREIRA DA SILVA - RJ195757**  
**AGRAVADO** : **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR**

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por ANDRÉ LUIS NUNES BARBOSA e outros, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. EXPOSIÇÃO À RADIAÇÃO. CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 24 HORAS. COISA JULGADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO. DEMORA NO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

1. Servidores públicos lotados na CNEN que postulam o direito ao pagamento de horas extraordinárias laboradas no regime de 40 horas semanais, decorrentes da carga horária diferenciada, de 24 horas semanais, na forma do Artigo 1º, 'a', da Lei nº 1.234/1950, reconhecida no Processo nº 2005.51.01.022129-0. Requerem, ainda, o pagamento de indenização por danos morais, decorrentes de suposta demora da Administração no cumprimento da decisão judicial que lhes reconheceu o direito à jornada especial.

2. Ora, como cediço, a imutabilidade das decisões judiciais, gerada pela coisa julgada, tem como finalidade colocar termo aos conflitos de interesses, visando à realização do direito e à pacificação social. Evita-se, destarte, que as lides sejam eternas, proporcionando segurança jurídica para as partes de que a questão posta em juízo foi solucionada de modo definitivo.

3. No caso vertente, embora se alegue que se trata de relação jurídica continuativa decorrente de prestações de trato sucessivo (relação de trabalho), não alcançadas pela coisa julgada, o que se verifica é que a parte autora busca, por meios transversos, alterar a conclusão judicial obtida no Processo nº 2005.51.01.022129-0, que lhe foi desfavorável, situação que não se pode admitir.

4. Ora, se a demora no cumprimento da decisão judicial decorreu de ações ou omissões dos autores, não podem eles imputar ao ente público federal qualquer responsabilidade, sobretudo em novo processo. Por outro lado, caso o cumprimento tardio da obrigação fixada no Processo nº 2005.51.01.022129-0 tenha ocorrido em decorrência de omissões da Administração, como suscitado na exordial, o que os Autores deveriam buscar era a utilização das diversas técnicas para o efetivo cumprimento do julgado, disponibilizadas pelo Código de Processo civil, tais como a imposição de astreintes e multas, dentre outras, não sendo cabível a deflagração de novo processo para análise do tema.

5. Com efeito, em ambos os casos acima citados, a matéria encontra-se definitivamente solucionada pelo Acórdão proferido no Processo nº 2005.51.01.022129-0, de maneira que se impõe a extinção do feito, sem resolução de mérito com fulcro no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil. Precedentes desta Corte (AC 0019227- 21.2011.4.02.5101. Rel Des. Marcus Abraham. Julgamento em: 24/06/2014. E- DJF2R: 10/07/2014).

7. Desprovimento do recurso dos autores e provimento da Remessa Necessária e da apelação da CNEN" (fl. 967e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 972/995e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. IRREGULARIDADES NÃO CARACTERIZADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Não merecem ser providos os embargos declaratórios quando, embora apontados supostos vícios no julgado, das alegações do embargante restar evidenciada a sua nítida intenção de meramente se contrapor ao entendimento adotado pelo acórdão embargado, sem a indicação de verdadeira lacuna ou irregularidade sanável pela via recursal eleita.

II - Desnecessário o prequestionamento quando o embargante alega omissão quanto a dispositivos legais ou constitucionais cujas matérias foram enfrentadas pelo acórdão embargado ou não o foram por não terem sido alegadas ou, ainda, por impertinentes para embasar a lide.

III - Embargos declaratórios conhecidos, mas desprovidos" (fl. 1.010e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. **489, I, III, IV, V; 1.022, II**, ao fundamento de nulidade do julgado por ausência de prestação jurisdicional, bem como aos arts. **371, 485 c/c 505, I, 492 e 504, III, todos do CPC/2015**, sustentando que:

"II.2 - Questão preliminar

(...)

23. Excelências, com a devida vênia, tal decisão não guarda pertinência com o presente caso concreto, pois:

a) no item I da ementa, pronuncia-se o MM Julgador a quo que não foram indicadas as lacunas (omissões, contradições, erros materiais ou obscuridades), quando na realidade há uma profunda e detalhada abordagem daquelas lacunas. Aqui, mais uma vez, o julgador se omitiu em seu dever de fundamentar devidamente de acordo com o inciso IV do artigo 489 do CPC/2015, levando em conta as especificidades do processo; e

b) no item II da ementa, exara-se que é desnecessário o pré-questionamento, entretanto no acórdão recorrido não há qualquer fundamento para afastar as regras de não incidência da coisa julgada hábeis para reformar o pronunciamento do Juízo sentenciante em primeiro grau ou mesmo refutar as matérias impertinentes.

(...)

Excelências, com a devida vênia, ao replicar ementas e votos sem correlação com o caso concreto, o v. acórdão recorrido, apesar dos embargos de declaração, consolida omissões, obscuridades e contradições, além de erro material apontados nos Embargos de Declaração (f. 972/994). É certo que o inciso IV do artigo 489 do CPC/15 não deve ser interpretado de forma a que todo e qualquer fundamento, mesmo sem relação com a demanda, seja apreciado, mas também isso não quer dizer que não haja o dever de fundamentar de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

II.3 - Do Mérito

(...)

30. Conforme delineado pelo Tribunal a quo (item 1), os Autores tiveram declarado o direito à jornada especial estatuída na Lei 1.234/1950, contudo, em razão de recurso especial (intempestivo) admitido pelo Tribunal a quo, decorreram-se quase 3 longos anos até que fosse declarado o trânsito em julgado do acórdão regional naquele processo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3 3 As questões de mérito postas para o crivo de Vossas Excelências são:

a) pode a Autarquia -ré, mesmo após a intimação do trânsito em julgado de sentença de mérito que reconheceu o dever da mesma em conceder jornada especial aos Autores manter-se inerte?

b) é lícito, razoável e justo que, durante o período em que os Autores cumpriram sobrejornada acima da estipulada por lei e declaradas judicialmente, os Autores não recebam a justa remuneração em razão da inércia e omissão da Autarquia -ré que havia sido intimada do trânsito em julgado?

34. Quanto à subsunção dos fatos ao direito pleiteado, não há dúvidas, uma vez que são servidores públicos a relação jurídica dos Autores com a Entidade -ré é trato continuado, isto é, as relações renovam-se a cada dia, a cada mês.

35. De plano, verifica-se que a declaração judicial reconhecendo o direito dos Autores a laborar uma jornada especial de 24 (vinte e quatro) horas semanais, estabeleceu alteração de direito após o trânsito em julgado do acórdão, nos termos estabelecidos no inciso I do art. 471 do CPC/1973 (vigente à época do trânsito em julgado e da postulação da presente ação).

36. A Autarquia/Ré, entidade da Administração pública indireta, portanto regida pelos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência, entre outros, deveria, desde a publicação da certidão do trânsito em julgado, ter editado o ato administrativo vinculado próprio para que os Autores usufruíssem a jornada especial protetiva da saúde. Porém, isto não ocorreu, ao disparate do título executivo judicial, de que foi intimada mediante o despacho do MM. Juiz da 20a Vara Federal.

37. Assim, a causa de pedir agora se dá em razão do descumprimento e da recalcitrância da Autarquia/Ré em manter a jornada semanal de 40 (quarenta) horas, superior àquela jornada especial que lhes foi garantida por decisão judicial com trânsito em julgado" (fls. 1.026/1.035e).

Por fim, requer "por violação ao art. 1.022 do CPC/2015, anulação da decisão em embargos de declaração exarada pelo Tribunal a quo e seu retorno ao E. Tribunal Regional para que sejam sanadas as omissões, obscuridades e contradições, além do erro material, apontados em embargos de declaração (f. 972/994), pois que o acórdão recorrido incorreu frontalmente em violação aos incisos IV, V e VI do §1º do art. 489, do CPC/2015; II - Quanto ao mérito a) anulação do acórdão exarado pelo Tribunal a quo que

# Superior Tribunal de Justiça

extinguiu a ação sem resolução de mérito, com retorno dos autos ao E. TRF2 para julgamento de mérito, pois que: i) trata-se de decisão cifra petita, uma vez que não julgou o pedido de responsabilidade civil por dano existencial (violação ao art. 492 do CPC/2015); e ii) a decisão do E. Tribunal Regional a quo incorreu em error in procedendo, violando o disposto nos incisos I e II do art. 504 c/c inciso I do art. 505, todos do CPC/2015 (...)" (fl. 1.039e).

Sem contrarrazões (fl. 1.055e).

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 1.061/1.064e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.068/1.081e).

A irresignação não merece conhecimento.

Destaco, de plano, no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional e consequente afronta ao **art. 1.022 do CPC**, a parte recorrente limitou-se a apontar tal dispositivo como violado pela Corte de origem, sem, contudo, demonstrar, de forma específica, em que ponto o acórdão embargado permanecera omissa, contraditório ou obscuro, pelo que o recurso esbarra, no particular, no óbice da **Súmula 284/STF, por deficiência na fundamentação**.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 1.042, CPC/2015) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

**1. A alegação de afronta ao artigo 535 do CPC/1973 (art. 1.022, CPC/2015) de forma genérica impede o conhecimento do recurso especial ante a deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.**

(...)

6. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 522.337/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 05/04/2017).

No mais, o Tribunal de origem concluiu a controvérsia nos seguintes termos:

"Equivocam-se, contudo, os autores. A dinâmica verificada no Processo nº 2005.51.01.022129-0 **não permite a responsabilização civil do Estado por suposto descumprimento da decisão proferida no referido feito.**

**Com a baixa do processo à primeira instância em abril de 2011,**

determinou-se a intimação das partes (fls. 112). Após essa data, o processo chegou a ser remetido ao arquivo, por ausência de manifestação dos interessados. Da movimentação processual acostada aos autos em fls. 574/579, observa-se que, apenas em 2014, a PRF foi intimada para cumprir a obrigação de fazer, sendo certo que o cumprimento da decisão judicial, com a concessão da jornada de 24 horas semanais para os autores, se deu em 07/01/2015 (para os autores Andre Luis Nunes Barbosa, Flavio Guimarães da Silva Porto e Maria Virginia Teixeira - fls. 113/115) e 09/12/2014 (em relação à autora LILIA CRISSIUMA - fls. 116).

Ora, se a demora no cumprimento da decisão judicial decorreu de ações ou omissões dos autores, não podem eles imputar ao ente público federal qualquer responsabilidade, sobretudo em novo processo.

Por outro lado, caso o cumprimento tardio da obrigação fixada no Processo nº 2005.51.01.022129-0 tenha ocorrido em decorrência de omissões da Administração, como suscitado na exordial, o que os Autores deveriam buscar era a utilização das diversas técnicas para o efetivo cumprimento do julgado, disponibilizadas pelo Código de Processo civil, tais como a imposição de astreintes e multas, dentre outras, não sendo cabível a deflagração de novo processo para análise do tema" (fls. 964/965e).

Nesse contexto, verifica-se que as razões do Recurso Especial não atacam os fundamentos adotados pela Corte Estadual. De fato, a parte recorrente limitou-se a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, o recorrente adotou razões recursais totalmente dissociadas da fundamentação do acórdão objurgado, deixando de impugnar especificamente seus fundamentos, pelo que incidem na espécie, por analogia, as **Súmulas 283 e 284 do STF**.

Nesse sentido, destaco:

**"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.**

1. O pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental em cumprimento aos princípios da economia processual e

# *Superior Tribunal de Justiça*

da fungibilidade dos recursos.

**2. Incidem as Súmulas n. 283 e 284 do STF nos casos em que a parte recorrente deixa de impugnar a fundamentação do julgado, limitando-se a apresentar alegações que não guardam correlação com o decidido nos autos.**

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, RCD no AREsp 456.659/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. **FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF.** LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.

1. 'A indicação de violação de dispositivo legal que nem sequer foi debatido pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação dos enunciados n. 282 da Súmula do STF e 211 da Súmula do STJ.' (AgRg no AREsp 609.946/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015).

2. 'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.' (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) 3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por

# *Superior Tribunal de Justiça*

cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

